



Propostas e desafios regionais para a democratização da energia e a transição justa



Este documento é produto do processo de trabalho realizado no âmbito do Projeto '**Democratização Energética e Transição Justa na América Latina e no Caribe**', coordenado pela *Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas, Amigos da Terra América Latina e Caribe e REDES Amigos da Terra.*

A elaboração do documento foi possível graças ao apoio do Sage Fund.



Autores: Pablo Bertinat y Jorge Chemes
Traducción: Celina Lagrutta
Diseño y Diagramación: Gervasio Della Ratta



1. Introdução: Objetivos do processo coletivo e como avanzamos (atalc-csa-redes at)	4
2. Eixos para uma transição energética justa e popular	14
2.1. Linhas de ação	16
2.1.1. Fortalecer o público	17
2.1.2. Energia e trabalho	19
2.1.3. Energia e democracia	21
2.1.4. Necessidades energéticas	22
2.1.5. As tecnologias	23
3. Eixos de ação nas propostas nacionais	25
3.1. Chile	27
3.2. Honduras	30
3.3. Brasil	33
3.4. Integração e classificação das propostas	36
4. Desafios e propostas regionais para a Transição Justa e Democratização Energética	38

1. Introdução

Objetivos do processo coletivo e como avançamos (ATALC-CSA-REDES AT)

À medida que a crise climática e suas consequências e ameaças se tornam mais evidentes e aumenta a consciência social e política sobre sua extrema gravidade, instala-se um claro sentido de urgência para avançar na transição justa em direção a um novo sistema de energético que deixe para trás os combustíveis fósseis.

Embora em 2015 o Acordo de Paris tenha incorporado a necessidade de uma transição justa em seu preâmbulo, infelizmente foi se consolidando um processo de cooperação corporativa do conceito de transição, que privilegia os interesses das grandes empresas transnacionais e serve de plataforma para a introdução e imposição de falsas soluções. As falsas soluções de mercado se baseiam na compensação de emissões e não na redução ou eliminação – como o zero líquido ou a neutralidade de carbono – e representam uma enorme oportunidade de negócios para os atores

econômicos dominantes, ao mesmo tempo em que ameaçam os direitos dos povos e levam a mais captura de ativos naturais e destruição de territórios.

Diante da gravidade das crises socioecológicas sistêmicas e da ofensiva representada pelas políticas neoliberais e projetos promovidos pelas empresas transnacionais, é mais importante do que nunca avançar em processos de construção de propostas, protagonizados por movimentos e organizações sociais, que visem um sistema energético fundado na justiça climática,

ambiental, social, econômica e de gênero, no qual a energia seja um direito e não uma mercadoria, e os direitos dos/as trabalhadores/as e das comunidades sejam garantidos.

Nesse contexto, as organizações que conceberam e implementaram um processo coletivo regional que deu origem ao documento a seguir – e a outros documentos aqui mencionados – se propuseram a desempenhar um papel fundamental na análise e na visibilidade dos obstáculos existentes e potenciais a uma profunda transformação do sistema energético, bem como a delinear as diretrizes políticas e as propostas de políticas públicas necessárias para avançar rumo à democratização da energia e a uma transição justa na América Latina e no Caribe. Esse processo se beneficiou da inestimável contribuição do SAGE Fund.

Partindo de pesquisas nacionais em Honduras, Brasil e Chile sobre os obstáculos políticos existentes para a transição justa e a democratização da energia, foi possível identificar as tendências existentes na região como resultado do modelo neoliberal e dos governos autoritários. Com base nesse entendimento aprofundado dos obstáculos, foi possível avançar na definição, em nível regional, de princípios e diretrizes para políticas públicas que permitam realizar a transformação urgente e necessária, entendendo que não se trata apenas de uma mudança de fontes e tecnologia na

matriz energética, mas também de redesenhar o sistema energético de acordo com as necessidades da população e a realização de direitos, além de disputar a propriedade e o controle do sistema para que ele se torne público, o que inclui a tomada de decisões democráticas sobre como, quanto, para que e para quem a energia deve ser produzida. As diretrizes regionais foram discutidas por nossas organizações e constituíram o foco de análise e debate no nível nacional, envolvendo organizações aliadas, para dar lugar a um processo de elaboração de propostas de políticas públicas necessárias para a transição justa e a democratização da energia ajustadas às conjunturas nacionais. Por sua vez, as propostas nacionais contribuíram para o aprofundamento das diretrizes regionais iniciais.

Dessa forma realizamos um processo coletivo que se iniciou no nível nacional e passou para uma síntese regional que, por sua vez, contribuiu para debates e propostas nacionais que retroalimentaram a análise e os eixos-chave para a região que apresentamos aqui.

A Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), assim como Amigos da Terra de América Latina e Caribe (ATALC) e REDES Amigos da Terra Uruguai, possui uma longa história e um histórico acumulado de cooperação na área de democratização energética, incluindo a 3ª Conferência Regional sobre Energia, Meio Ambiente e Trabalho (CREAT),

organizada pela CSA e realizada na Costa Rica em 2018. A conferência levou a uma declaração que destacou a necessidade de reconhecer a energia como um direito humano e sua democratização, incluindo a luta contra a pobreza energética, a reversão da privatização e da mercantilização, a soberania sobre os bens comuns, a descarbonização da matriz energética e os processos democráticos para que a sociedade decida quanta energia é produzida, como, para quem e para quê. Define ainda a necessidade de uma transição justa que deve ser democrática, baseada em direitos e levar à justiça social, climática e de gênero. ATALC e REDES AT também contribuíram para a Plataforma para o Desenvolvimento das Américas (PLADA) da CSA nos conteúdos de justiça ambiental.

Esses processos permitiram que nossas organizações construíssem um entendimento comum também com outros aliados, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Além disso, cooperamos no processo de construção e consolidação da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, integrando a justiça ambiental e as perspectivas feministas como questões transversais. Nossa colaboração em torno a uma transição justa e a justiça ambiental também levou a processos e atividades da

Rio+20 e das Conferências das Partes da Convenção Quadro sobre Mudança Climática da ONU. Atualmente, junto com ATI e outros movimentos aliados, como o MMM, estamos envolvidos em um processo em direção a uma Transição Feminista Justa, que, sem dúvida, contribuirá para integrar a luta contra as opressões sistêmicas aos postulados da transição necessária.

Esse acúmulo histórico, fortalecido pela construção da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, nos permitiu definir um objetivo comum em torno da necessidade de enfrentar o sério risco de cooptação da agenda de transição energética por parte das ETN e superar os obstáculos impostos, na nossa região, à transição justa e à democratização da energia pelos marcos regulatórios e as políticas neoliberais.

O último avanço nessa agenda foi a construção das prioridades articuladas para a região contidas nas **Propostas para o Avanço da Integração Regional**, surgidas da Jornada Latino-Americana e Caribenha de Integração dos Povos (Foz do Iguaçu, fevereiro de 2024), que definiu a **Transição Justa e a soberania energética para a Integração** como um dos eixos de ação e incidência.¹



Com base nesse acúmulo é que nos propusemos a ampliar as capacidades para futuras campanhas conjuntas e o trabalho de promoção e incidência dos sindicatos e organizações pela justiça ambiental em direção a uma transição justa com uma perspectiva de justiça climáti-

ca e de reafirmação e realização de direitos, que questione o poder das ETN no sistema energético e seus impactos sobre os direitos trabalhistas, ambientais e comunitários.

1. Propostas para avançar na integração regional. Jornada latino-americana e caribenha de integração dos povos, Foz do Iguaçu, Brasil, 22-23 de fevereiro de 2024: https://csa-csi.org/sdm_downloads/propuestas-para-avanzar-la-integracion-regional/

O processo até aqui

Iniciamos o processo pesquisando e analisando os obstáculos para uma transição justa e a democratização da energia como consequência dos marcos normativos neoliberais existentes e das novas propostas e/ou marcos que estavam avançando no setor energético em três países da região. Isso levou à publicação de três documentos nacionais para o Chile, Brasil e Honduras.²

Com base em debates nacionais e regionais em torno dos resultados das pesquisas nacionais, tanto em oficinas virtuais quanto em uma oficina presencial, com a participação das centrais filiadas da CSA, das organizações de ATALC e de movimentos e organizações aliadas – especialmente a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil – foi produzida uma cartilha pedagógica.³

Esses documentos contêm elementos de diagnóstico, na forma de

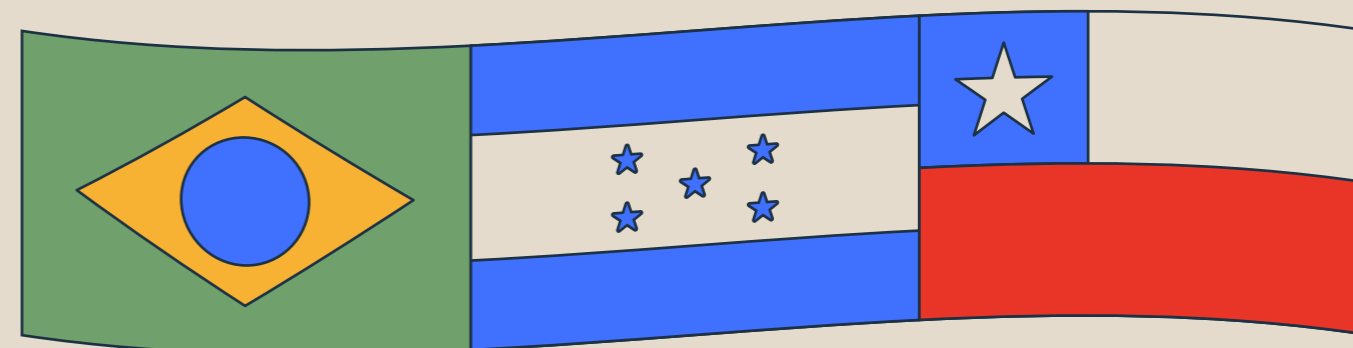
sínteses, dos principais obstáculos identificados nos três países. Também definem os princípios fundamentais para a transição justa e a democratização da energia a partir de uma perspectiva feminista e popular.

Por último, o documento regional sobre Diretrizes de Políticas Públicas para a Democratização da Energia e a Transição Justa⁴ define os eixos principais para avançar nessa direção: a importância da propriedade e gestão públicas, a necessidade de mudar os modelos de gestão e a atual organização do sistema energético em unidades de negócios e o imperativo de reverter a mercantilização e a privatização da energia por meio da revisão das estruturas regulatórias e jurídicas existentes. Também aborda a dimensão do trabalho e a importância dos direitos trabalhistas, o trabalho decente

2. <https://atalc.org/2022/07/29/publicaciones-transicion-justa-y-democratizacion-de-la-energia-en-brasil-chile-y-honduras/>

3. <https://atalc.org/2022/11/17/cartilla-pedagogica-obstaculos/>

4. <https://csa-csi.org/wp-content/uploads/2022/11/Lineamientos-Transicion-Justa-ES.pdf>



e a organização sindical, bem como do trabalho reprodutivo e de cuidados. Também define o imperativo da democratização da energia e do combate à pobreza energética, ao mesmo tempo em que apresenta respostas sobre a relação entre a justiça climática e o direito à energia. Por fim, aborda a questão das tecnologias a partir de uma perspectiva social.

Os processos nacionais e a síntese alcançada em nível regional permitiram reconhecer e reafirmar a importância de fortalecer as alianças entre as organizações que lutam pela justiça ambiental e as organizações sindicais, assim como com o movimento feminista popular. Essa aliança tem um enorme potencial para trabalhos futuros sobre justiça climática, transição energética justa e democratização da energia. Também contribui para fortalecer a luta contra as barreiras e os obstáculos existentes que impedem a transformação necessária do sistema energético para enfrentar a crise climática e a injustiça ambiental, social, econômica e de gênero.

Foi fundamental compreender em profundidade as visões, perspectivas e lutas particulares e comuns de nossos movimentos contra as políticas e os projetos que atentam contra os direitos das comunidades e da classe trabalhadora, especialmente contra os direitos das mulheres que sofrem vários sistemas de opressão. Essas políticas e projetos usurpam e destroem territórios, ao mesmo tempo em que promovem a privatização e a mercantilização.

Nessa percurso fica claro, mais uma vez, que a doutrina e as políticas neoliberais ameaçam os direitos e a justiça ambiental e climática, e que a transição promovida e liderada pelas empresas transnacionais segue a mesma lógica, impondo obstáculos às transformações necessárias para o exercício dos direitos e da justiça.

Para os sindicatos e organizações de justiça ambiental, a informação, a análise e as propostas geradas ao longo da implementação do projeto proporcionam mais clareza sobre como abordar os obstáculos para uma transição justa e a democratização da energia e como construir uma agenda popular no setor

energético, ancorada em princípios fundamentais que integrem os direitos trabalhistas e comunitários, a defesa dos territórios e a defesa do domínio público.

Nesse sentido, destacamos a importância de termos desenvolvido esse marco regional e as diretrizes de políticas públicas, já que elas permitem uma participação bem-informada das organizações-membro de ATALC e das filiadas da CSA nos debates políticos centrais, tanto nacionais quanto internacionais.

Também queremos destacar a riqueza e a profundidade das propostas construídas entre os movimentos que desempenham um papel central nos debates sobre justiça climática, energia e transição justa. Acreditamos que esse processo coletivo permitiu fortalecer nossas capacidades e nos coloca em uma posição melhor para participar dos debates políticos e de políticas públicas sobre a transição justa e a democratização da energia.

Os documentos elaborados são prova disso, pois, partindo de uma análise do sistema atual e de seus impactos, temos condições de avançar na definição dos princípios que devem nortear a transformação desse sistema e, finalmente, desenvolver as principais dimensões e eixos das políticas públicas que pretendemos promover.

Isso significa que nossas organizações estão em condições de trabalhar integrando as interseções do trabalho decente e as perspectivas de justiça ambiental. Para os sindicatos, essas visões serão fundamentais para dar continuidade ao processo de fortalecimento e transformação necessário para a abordagem da transição energética e digital e seu impacto sobre a classe trabalhadora.

As publicações e conteúdos resultantes deste projeto, bem como os processos coletivos envolvidos, também contribuíram para o debate em torno de uma Transição Feminista Justa, que realizamos em conjunto com outras organizações e movimentos sociais que fazem parte da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo.

O documento que compartilhamos aqui

Como já destacamos, o projeto incentivou e facilitou um diálogo contínuo entre os níveis nacional e regional, permitindo que as perspectivas regionais enriquecessem os processos nacionais, enquanto os esforços nacionais informavam as iniciativas regionais e a formulação de documentos regionais.

Os processos participativos nacionais realizados na segunda fase com organizações sindicais, de justiça ambiental e seus aliados em três países – Honduras, Chile e Brasil – levaram, em primeiro lugar, à identificação dos eixos-chave de política nacional para uma transição justa e a democratização da energia em cada país. Esses eixos foram o resultado de profundos debates entre nossas organizações regionais e nacionais e seus aliados. Depois disso, foi elaborado um documento por país, que aprofundou os principais princípios e eixos resultantes dos processos nacionais. As diferentes ênfases em cada país expressam a riqueza do trabalho que permitiu integrar uma diversidade

de contextos. Foram processos que permitiram o aprofundamento nos debates, e não apenas a adaptação das diretrizes regionais da primeira fase em um documento nacional.

Esse processo de colaboração baseou-se em um entendimento comum estabelecido ao longo do projeto, ao mesmo tempo em que acomodou as especificidades das realidades nacionais. A perspectiva nacional, extremamente rica, forneceu substância e elementos-chave para fortalecer as propostas regionais. Ela nos permitiu identificar os elementos comuns das propostas nos três países e os desafios que a região deve enfrentar para materializar as propostas de políticas públicas contidas nas diretrizes já delimitadas na primeira fase.

Embora o trabalho de incidência política não faça parte do projeto, o documento é considerado uma ferramenta muito valiosa para o trabalho político realizado fora do projeto pelas organizações envolvidas.

A jornada coletiva continua

Tanto as organizações sindicais como as de justiça ambiental avaliaram positivamente a jornada até aqui, assim como as metodologias desenvolvidas e aplicadas durante a implementação da segunda fase do projeto. Foram valorizadas muito positivamente as numerosas oportunidades oferecidas pelo projeto para o diálogo aprofundado e a polinização cruzada entre os dois movimentos. É por isso que as organizações confirmaram seu interesse e compromisso em continuar participando da construção de um trabalho comum com um marco e uma abordagem interseccionais propostos pelo projeto, que são considerados fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelo contexto atual e as necessidades das organizações, e para construir no futuro ações conjuntas nacionais e regionais.

A seguinte fase terá como base o trabalho realizado nas duas anteriores, com o objetivo de continuar desenvolvendo as capacidades de nossos movimentos, envolvendo as organizações membros de ATALC e as centrais sindicais filiadas e fraternas da CSA, o Comitê de Jovens Trabalhadores das Américas (CJTA) e o Comitê das Mulheres Trabalhadoras das Américas (CMTA), bem como aliados regionais. Os processos nacionais e regionais que foram desenvolvidos e seus resultados serão compartilhados e discutidos como base para um roteiro regional e o trabalho futuro nos níveis regional e nacional. Os aprendizados do processo até o momento, as metodologias desenvolvidas e como elas contribuíram para o fortalecimento de nossa aliança e dos processos participativos em nível nacional e regional são fundamentais para

que nossos movimentos continuem construindo agendas comuns que integrem perspectivas de justiça laboral e ambiental e realidades diversas para avançar na justiça climática e nos direitos trabalhistas e comunitários.

A nova estratégia foi inspirada no contexto regional e nacional e na necessidade de disputar as narrativas e políticas em torno da crise climática e da transição justa, com o objetivo de fortalecer a integração regional e as agendas comuns.



2. Eixos para uma transição energética justa e popular

No final de 2023, a Coalizão para a Economia Circular publicou um relatório intitulado *“The circularity gap report: Latin America and the Caribbean”*⁵, promovido pela CEPAL, ONUDI e BID, entre outros, que analisa o fluxo de materiais na América Latina, seus volumes e impactos. O relatório destaca que a América Latina é um fornecedor crucial de matérias-primas e que o crescimento da demanda global por materiais é a principal causa da degradação ambiental e do impacto social negativo em toda a região.

A extração global de matérias-primas mais do que triplicou em todo o mundo desde a década de 1970 e é um dos elementos centrais dos desequilíbrios ecológicos. Nesse sentido, a América Latina possui algumas particularidades, já que é

o continente com a maior extração doméstica de materiais por habitante, mas, também, o que exporta a maior quantidade de materiais per capita, incluindo biomassa, combustíveis fósseis, minerais metálicos e minerais não metálicos. Do ponto de vista energético, isso tem várias implicações: em primeiro lugar, ser um exportador líquido de recursos energéticos e em particular fósseis; em segundo lugar, o de exportar energia incorporada em vários produtos manufaturados ou não manufaturados; e, em terceiro lugar, ser o novo epicentro para a obtenção de recursos minerais e materiais para a transição energética corporativa.

A transição energética corporativa, juntamente com as políticas “net zero” e a economia verde, tenta apresentar a América Latina como

o novo epicentro para a extração de materiais e minerais para uma suposta descarbonização das economias do Norte global.

Em um contexto global de grandes confrontações bélicas, que em muitos casos estão associadas ao controle de recursos e territórios, essa nova pressão extrativista representa um desafio para os movimentos sociais em geral – sindicais, de justiça ambiental, territoriais, camponeses, feministas, entre outros – e para os povos indígenas e afrodescendentes, não apenas em termos de defesa de territórios, mas fundamentalmente em termos da disputa de sentidos para a construção de uma transição energética justa e popular e da defesa dos direitos e da soberania dos povos.

Além disso, a ofensiva neoliberal e de extrema direita que estamos enfrentando em vários países do continente é autoritária e atenta contra a democracia em diferentes áreas. A captura corporativa está se expandindo e a participação popular e sindical nas decisões sobre a organização da vida e da política é cada vez mais restrin-

gida. A precarização do trabalho está relacionada com a precarização da vida em todos os aspectos. A subcontratação e a terceirização estão proliferando nos países latino-americanos, e esse tipo de emprego também está ganhando mais espaço no setor energético. Os ataques aos sindicatos e ao direito de sindicalização caminham lado a lado com a precarização do trabalho. A entrega do patrimônio público que foi feita ou que estão tentando fazer, como as empresas energéticas e de serviços públicos, faz parte do receituário neoliberal, uma característica comum na região. As organizações sindicais e ambientais populares estão enfrentando o neoliberalismo e lutando pela democracia em cada país e na América Latina como região. Os três países analisados são cenários dessas lutas e de uma disputa sobre as políticas públicas e os marcos regulatórios necessários para uma transição justa e popular, que devem enfrentar os obstáculos gerados pelas políticas neoliberais dos governos autoritários anteriores.

5. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/10760712-5fde-4106-9afc-953c7d3d569d/content>

2.1. Linhas de ação

A construção de um processo de democratização energética requer assumir uma concepção multidisciplinar da problemática energética. Além disso, não estamos apenas diante de um problema tecnológico, de necessidade de mudar as fontes energéticas para abandonar os combustíveis fósseis; enfrentamos um desafio mais amplo.

Estamos diante do desafio de assumir a necessidade de uma mudança sistêmica. Da nossa perspectiva, o sistema energético não se reduz à relação produção-consumo de determinados volumes físicos de matéria-energia, mas inclui as diferentes escalas de políticas públicas, conflitos socioambientais, demandas setoriais, alianças geopolíticas, estratégias empresariais, desenvolvimentos tecnológicos, diversificação produtiva, oligopólios, a relação entre energia e distribuição de

riqueza, ou entre energia e matriz produtiva, vínculos com a tecnologia etc. Assim, configura-se como um conjunto de vínculos dentro do sistema humano e entre este e a natureza, determinado pelas relações de produção existentes (Bertinat, Chemes, & Forero, 2020). Portanto, as linhas de ação devem responder a uma visão transversal das políticas energéticas, associando a transição a um processo complexo que deve ser abordado com uma visão integral, multidimensional e holística.

2.1.1 Fortalecer a esfera pública

A história dos serviços públicos de energia na América Latina mostra alguns elementos comuns, mas não é homogênea. Os inícios podem ter sido públicos ou privados, mas rapidamente foi fortalecida a perspectiva pública, tanto em termos de propriedade quanto de lógica de funcionamento.

Dessa forma foram desenvolvidas estruturas regulatórias nas quais se apoiava a gestão pública das empresas e, na maioria dos casos, foram criadas empresas de grande porte com dinâmicas próprias, promotoras da industrialização, que tiveram maior ou menor profundidade nos diferentes países. Em alguns países, as empresas públicas desempenharam um papel de colonização em novos territórios. Ao mesmo tempo, em muitos casos, elas geraram empregos e processos de coesão social fortemente associados à prática de sindicatos e ao desenvolvimento de políticas de extensão sindical e social nos territórios e foram também uma fonte de orgulho nacional. Mas o desen-

volvimento energético sempre esteve associado a um modelo de subsidiariedade do setor com um modelo de produção fortemente extrativista.

As estruturas e lógicas dos serviços públicos sofreram uma forte reversão na década de 1990, quando, sob a influência de uma investida neoliberal foram realizadas privatizações e fortes mudanças nas leis e regulamentações que transformaram o setor.

Os setores populares organizados da sociedade eram conscientes do fato de que as privatizações não apenas limitavam o acesso aos serviços e os tornavam mais caros, mas também eram acompanhadas por um controle cada vez menos popular sobre a tomada de decisões. Devido às privatizações, a cultura e a prática da formulação de políticas dentro das instituições estatais foram orientadas para a liberalização econômica, o que reduziu drasticamente o acesso popular ao Estado e reforçou a opinião de que a perspectiva das pessoas e das organizações sociais não tinha valor nesses processos. Nesse cenário, enfraqueceu-se ou invalidou-se o papel

social dessas empresas, reduzindo-as a entidades empresariais voltadas apenas para o lucro.

Com a chegada do chamado primeiro ciclo progressista na região, em determinados países foi possível a recuperação da propriedade de algumas empresas de energia. No entanto, não conseguiram debater a questão fundamental da lógica de funcionamento do mercado capitalista no setor da energia e muito menos alterar os marcos regulatórios.

A dinâmica do público e do privado é central para a elaboração de alternativas de políticas energéticas justas e populares. A análise dessa relação excede a questão da propriedade para se configurar como um eixo central quando se pensa em processos de construção do direito à energia.

Existem experiências que colocam o bem comum como elemento-chave. A ideia do bem comum complexifica a dimensão do público e sugere que os direitos e as responsabilidades deveriam ser compartilhados entre as instituições e a sociedade.

Entendemos a energia como parte dos bens comuns, como uma ferramenta e não como um fim em si mesmo e, nesse sentido, como parte dos direitos coletivos e em congruência com a justiça ambiental. É por isso que é necessário construir uma visão da energia como direito, não apenas conceitualmente, mas também na prática concreta. Esse processo deve ser paralelo à desmercantilização do setor da energia.

A desmercantilização é uma das principais apostas, e isso pressupõe libertar a energia do predomínio das lógicas de lucro econômico mercantilizadas, para focá-la na capacidade de controlar e reproduzir a vida, tanto em suas dimensões materiais quanto simbólicas (Lang e Hoetmer, 2019).

O conceito de desmercantilização disputa a centralidade dos mercados na solução de determinadas necessidades. Avançar no sentido da desmercantilização e da construção do direito à energia requer múltiplas iniciativas descritas no documento regional “Diretrizes de Políticas Públicas para Democratização da Energia e Transição Justa”.⁶

A desmercantilização e a desprivatização exigem o fim do marco neoliberal dos Acordos de Livre Comércio e dos Tratados Bilaterais de Investimentos, que promovem a liberalização do setor energético para acomodar as grandes empresas transnacionais, às quais são concedidos enormes privilégios, por exemplo, por meio do sistema de solução de controvérsias investidor-Estado. Especificamente, o Mecanismo de Solução de Controvérsias Investidor-Estado (ISDS na sigla em inglês) tornou-se um dos instrumentos que as empresas transnacionais utilizam para submeter Estados e governos às suas imposições em termos de políticas públicas, privatização de serviços e de controle e exploração territorial, sob a ameaça de ações judiciais que geram milhões em lucros para as empresas e perda de direitos para os povos dos países processados.

2.1.2 Energía y trabajo

A relação entre energia e trabalho será fortemente afetada pelo avanço da denominada transição energética. Mas essa relação está mediada pelas características em que se dará essa transição energética.

A perspectiva corporativa da transição energética, que visa a uma transição capitalista tecnocrática, provavelmente resultará em uma piora das condições de trabalho e de vida das populações do Sul global. As economias do Norte global e as grandes corporações, na melhor das hipóteses, pretendem avançar em processos de descarbonização, mas mantendo suas estruturas de privilégio e suas lógicas de acumulação de capital ao custo de gerar novas zonas de sacrifício e aumentar a exploração trabalhista.

Essa transição energética, disfarçada de justa, prevê a criação de “empregos verdes” nos setores de energia renovável, mas sob uma lógica de mercado e perda de direitos, precariedade e exploração, sem alterar a lógica do modelo de produção e consumo.

6. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/10760712-5fde-4106-9afc-953c7d3d569d/content>

Sob a perspectiva sindical e da justiça ambiental, bem como de outras organizações e movimentos sociais, o significado e o escopo da transição justa estão associados a uma visão popular da transição energética. Sob essa perspectiva é questionado o esquema de relações laborais que condicionam o trabalho ao lucro e a estrutura que reproduz a despossessão, a exploração e a precarização dos/as trabalhadores/as assim como das comunidades. Por essa razão, é fundamental inserir a transição energética no marco de uma transformação do modelo de produção e consumo, associado ao desenvolvimento de economias orientadas para a satisfação das necessidades coletivas, a realização dos direitos coletivos e a justiça ambiental, social, econômica e de gênero.

Uma transição justa requer repensar todo o modelo de produção e consumo e, dentro desses marcos, o lugar que o trabalho ocupa. Para ressignificar o papel do trabalho digno e decente em nossas sociedades, é necessário reconhecer que, além de ser fundamental para a satisfação das necessidades humanas e para gerar as condições materiais necessárias à vida, é uma atividade geradora de um sentido de pertencimento em que se configura uma dimensão coletiva e, portanto, organizativa. O marco para ressignificar o trabalho digno e decente é o reconhecimento de que somos interdependentes e ecodependentes.

Todas as pessoas precisam de formas de organização social que garantam o cuidado da vida, o que implica relações sociais baseadas na cooperação mútua e no pleno exercício dos direitos, bem como a continuidade da coevolução sociedade-natureza baseada em relações de respeito e cuidado.

Portanto, é essencial reconhecer a importância do trabalho reprodutivo para gerar as condições necessárias para a reprodução e a manutenção da vida. Conforme demonstrado durante a pandemia de Covid e em várias crises, os cuidados são fundamentais para a manutenção da vida. Uma transição justa deve contribuir para romper a dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo e para dismantelar a divisão sexual do trabalho, garantindo a autonomia das mulheres.

2.1.3 Energia e democracia

O capitalismo industrial, centrado na acumulação de riquezas, concentrador e excludente, atingiu um nível de desenvolvimento que o confronta com fortes limites e leva a um aprofundamento das ferramentas de dominação. O forte agravamento do problema do aquecimento global, a piora de muitos funcionamentos ecossistêmicos, o crescente processo de extinção de diversas formas de vida, mas, acima de tudo, os limites materiais e minerais, colocam em tensão a geopolítica global.

Não é um fato menor que, após o início do conflito Rússia-Ucrânia tenham disparado os gastos militares, o que revela que a guerra é um negócio para muitos e que as economias do Norte global estão se preparando para um mundo muito mais conflitivo, no qual a disputa por energia e materiais será um cenário muito mais cruento de luta.

A inoperância das diversas estruturas globais de governança de impedir invasões e genocídios é alarmante. Tudo isso é acompanhado por um grave enfraquecimento no fun-

cionamento das democracias, em especial com um forte avanço da direita, tanto em nível global quanto regional.

As democracias contemporâneas foram distorcidas e enfraquecidas pela extrema concentração de riqueza e do poder midiático, pela captura corporativa dos Estados e, em muitos casos, pela criminalização das dissidências (Grupo de Trabalho Global Além do Desenvolvimento, 2019).

Não entendemos a democracia como um estado de governo, mas como um processo contínuo e multidimensional que busca democratizar e rearticular as relações de poder desiguais. Essa lógica inclui a transformação das instituições existentes, uma mudança nas culturas políticas estabelecidas e o desenvolvimento de outros procedimentos coletivos.

O movimento Sindicatos pela Democracia Energética (TUED, em sua sigla em inglês) enfatiza que uma transição para um sistema energético verdadeiramente sustentável só pode ocorrer se o poder mudar decisivamente de mãos, das corporações com fins de lucro para os/as cidadãos/as e comunidades.

O conceito de democracia energética é útil para potencializar diversas causas inter-relacionadas (Chavez & Kishimoto, 2016). Não existe uma definição única de democracia energética ou democratização energética. Mas, da nossa perspectiva, ela inclui, sob esse guarda-chuva, a possibilidade de que os setores populares possam obter controle dos processos de produção, distribuição e consumo de energia de forma ampla, sob um marco de justiça social, ambiental, econômica e de gênero e a realização de direitos.

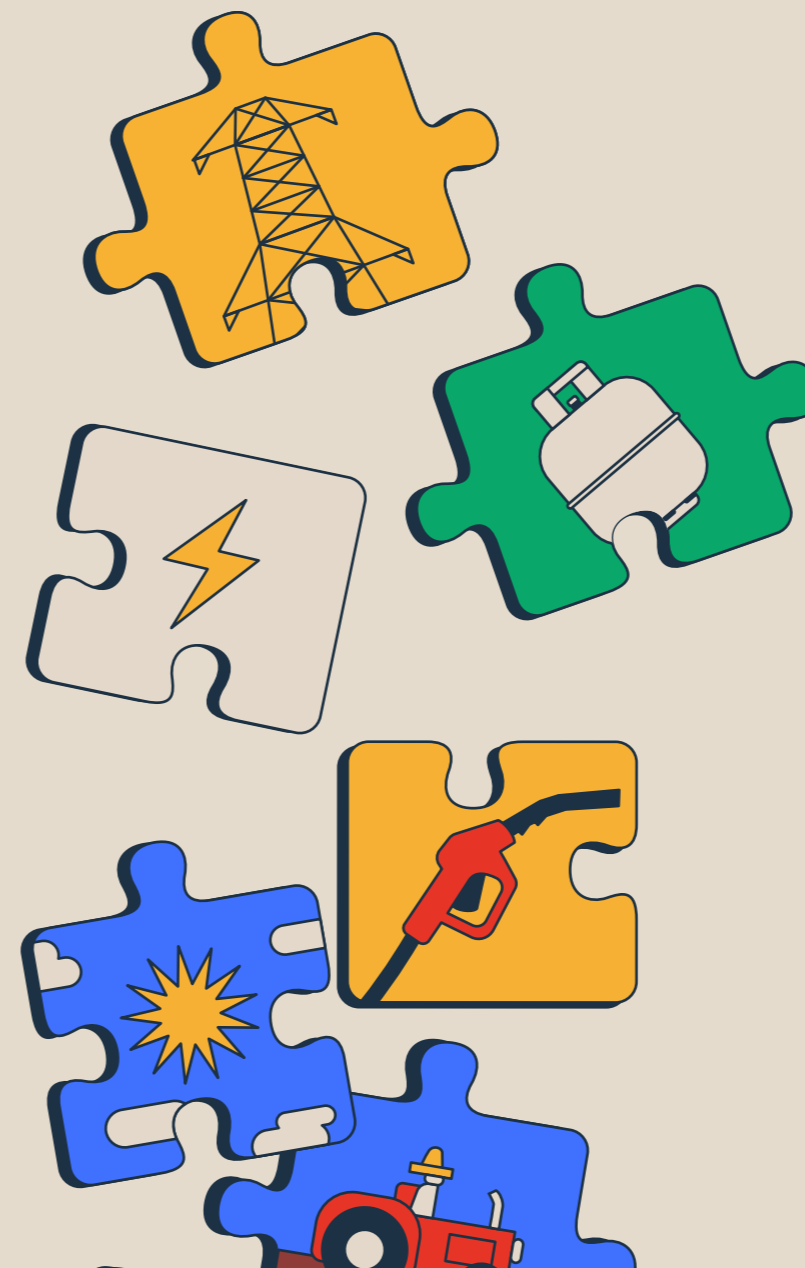
2.1.4 Necessidades energéticas

Entendemos a energia não como um fim em si mesmo, mas como uma ferramenta que precisa ser disponibilizada para melhorar a vida dos povos. Uma das características centrais do atual sistema energético é a altíssima desigualdade predominante. Desigualdade que se expressa não apenas em termos econômicos, em função dos gastos energéticos dos lares, mas também na falta de direitos vinculados ao acesso, ao uso, à possibilidade de geração; em suma, à possibilidade de ter uma relação digna com os serviços prestados pela energia.

Uma transição energética justa e popular requer a consideração e a satisfação das necessidades da sociedade em seu conjunto, entendidas não apenas como mera subsistência e bem-estar material, mas também como o exercício dos direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais necessários para alcançar uma vida digna.

Nesse sentido, trabalhar as necessidades energéticas e as ferramentas que permitam satisfazê-las pressupõe não apenas uma redistribuição

mais equitativa dos recursos, mas também implica incorporar as noções de equidade e justiça nos níveis intra e intergeracional, bem como reconhecer a importância da reciprocidade e da coevolução da sociedade com a natureza, a fim de garantir os direitos e o equilíbrio do sistema socioecológico (Energia e Equidade, 2021).



2.1.5 As tecnologias

Frequentemente a transição energética é identificada como uma mera mudança tecnológica e, nesse contexto, também com uma visão reduzida do que significa essa mudança. Assim, a transição energética é assimilada a uma mudança na matriz energética, ou seja, a incorporação de novas tecnologias com a finalidade de substituir as tecnologias fósseis.

O modelo de transição energética dominante baseia-se em uma visão hipertecnológica que tenta impor um modelo concentrado, centralizado e com forte impacto nos territórios, associado ao aprofundamento da acumulação de capital. Nos grupos de trabalho realizados no âmbito deste projeto e em várias pesquisas, foram relatadas várias experiências de impactos gerados por projetos de energia renovável com características similares aos projetos de geração que utilizam fontes fósseis ou água.

O espaço das tecnologias é um espaço em disputa, a partir de nossos debates assumimos três níveis: artefatos (ferramentas, máquinas,

utensílios etc.), processos (habilidades, métodos, procedimentos, rotinas etc.) e organização (empresas, cooperativas, clubes, regulamentos etc.). Esses três níveis não são neutros, mas determinam, condicionam e contribuem para gerar problemas e soluções. As políticas são parte da tecnologia e vice-versa, elas se condicionam mutuamente.

As políticas públicas têm uma dimensão tecnológica – de organização, de processo e de produto; de uso, acesso e distribuição de bens e serviços públicos – que pode construir condições de possibilidade e opções de futuro de forma democrática, em uma ampla escala social. As tecnologias públicas têm um papel fundamental nos processos de planejamento e elaboração de estratégias para o desenvolvimento inclusivo com justiça ambiental na região. A forma de co-projetar esses processos é fundamental para gerar dinâmicas locais, nacionais e regionais sócio-historicamente situadas que tendam a igualar os direitos.

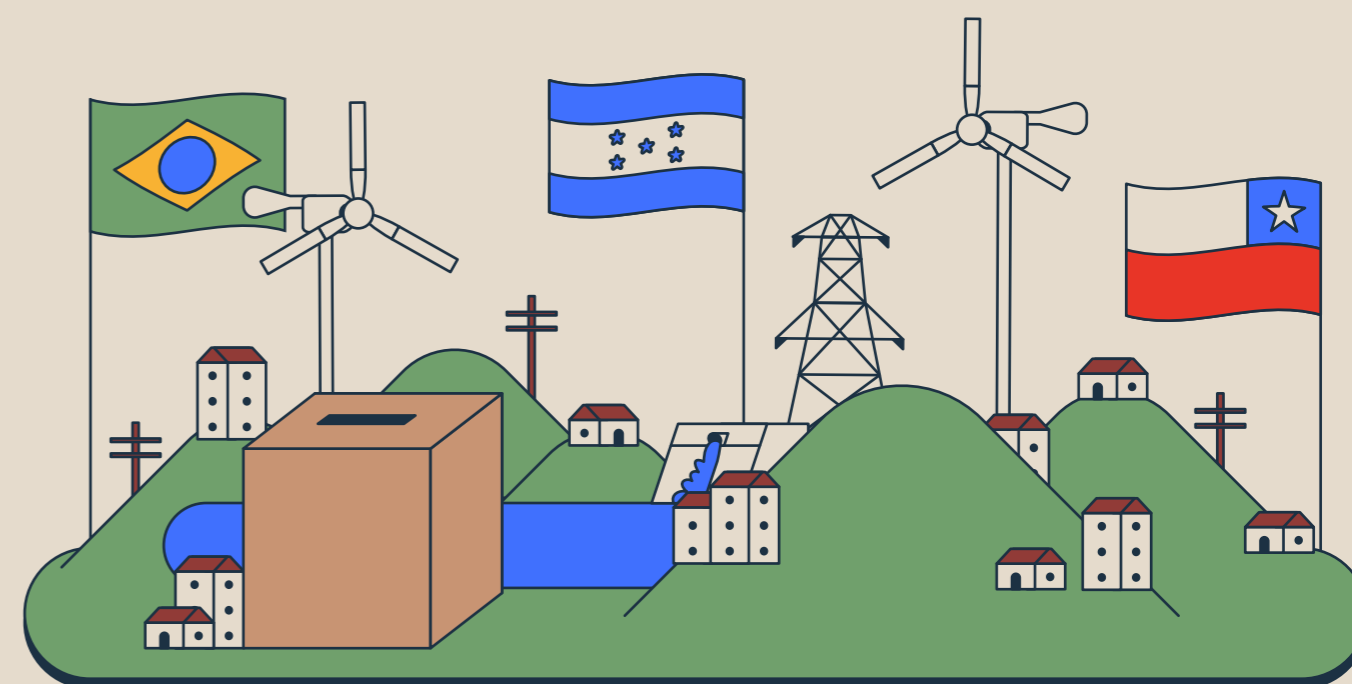
Da perspectiva de ATALC, a transição justa popular exige que as sociedades possam avaliar socialmente as tecnologias e definir democraticamente a direção do desenvolvimento tecnológico, com ênfase em seu caráter público e coletivo, como patrimônio dos povos, integrando diversos sistemas de conhecimento. As mudanças tecnológicas devem ser avaliadas à luz de sua contribuição para uma abordagem abrangente das causas estruturais das crises socioecológicas sistêmicas e dos benefícios que elas trazem para o conjunto da humanidade. Uma dimensão central para uma avaliação social das tecnologias é garantir que a mudança tecnológica não leve a uma maior desapropriação e ao aprofundamento da exploração da natureza, da classe trabalhadora, especialmente das mulheres, dos povos indígenas, comunidades afrodescendentes e camponesas.⁷

7. ATALC, 2021. ATALC y la Construcción de Proyectos e Iniciativas Populares Emancipatorias. <https://atalc.org/2024/12/12/atalc-y-la-construccion-de-proyectos-e-iniciativas-populares-emancipatorias-2/>

3. Eixos para a ação nas propostas nacionais

Com relação às linhas de ação formuladas na primeira etapa do projeto no documento Diretrizes de Políticas Públicas para a Democratização da Energia e Transição Justa, nesta segunda etapa as equipes nacionais as retomaram, dialogando com sua própria realidade, e elaboraram uma série de propostas. A seguir, estão resumidas algu-

mas das principais propostas feitas pelas equipes de trabalho do Chile, Honduras e Brasil. Em todos os casos, os debates se concentraram nos seguintes eixos, onde cada equipe propôs sua própria marca e diretrizes locais.

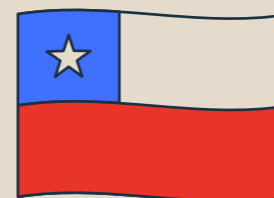


Linhas de ação para uma Transição Justa e Popular

- **Recuperar** a energia como um direito e trabalhar para sua desmercantilização.
- **Erradicar** a pobreza energética, universalizar os serviços públicos e garantir a energia como um bem comum.
- **Reverter** as privatizações e interromper as que estão em andamento.
- **Redistribuir** e desconcentrar o sistema energético.
- **Descentralizar** e reduzir a distância entre a geração e o consumo.
- **Propriedade e controle públicos das empresas de energia**, com gestão participativa.
- **Reconhecer** como objetivo dos sistemas de energia a satisfação das necessidades dos povos para a sustentabilidade da vida.
- **Promoção do trabalho decente**, com direitos, respeito e garantias para a organização sindical.
- **Reparação para os povos afetados** pelo atual modelo energético, especialmente nos territórios das chamadas zonas de sacrifício e para as comunidades e trabalhadores/as que serão afetados pela transição.
- **Garantir** o diálogo social e a participação nos processos decisórios da política energética: quem produz energia, como, onde, para quê e para quem.
- **Reapropriar** a política energética dos níveis locais e dismantelar o poder corporativo respaldado por tratados de livre comércio e de proteção e promoção de investimentos.
- **Propriedade e transferência de tecnologia**: qualquer introdução de tecnologias deve ter aprovação social e considerar o princípio da transferência de tecnologia.



A seguir, analisaremos as principais particularidades dos trabalhos nacionais.



3.1 Chile

O documento do Chile concentra sua análise na relação entre a seguridade social e a reconversão profissional, tendo como eixos a descentralização, a desmercantilização e a democratização dos processos energéticos. A partir dessa dimensão, aborda a necessidade de desfossilização e diversificação da matriz energética para fontes renováveis de energia, em consonância com uma transição energética justa, popular e participativa.

A seguridade social é entendida como a proteção que uma sociedade proporciona aos indivíduos e aos lares para assegurar o acesso à assistência médica e garantir a segurança e a renda, principalmente em caso de velhice, desemprego, doença, invalidez, acidentes de trabalho, maternidade ou perda do sustento da família. Daí a importância de falar sobre seguridade social no contexto da Transição Justa e da reconversão energética no Chile, pois esses processos têm um impacto direto na vida e nas condições de trabalho das pessoas. A seguridade

social garante que os trabalhadores tenham acesso à proteção adequada em termos de saúde, aposentadoria, desemprego e outros aspectos relacionados ao seu bem-estar.

A seguridade social tem um papel essencial a desempenhar nos processos de transição energética e reestruturação do trabalho no Chile. O investimento em capacitação e reconversão profissional, a proteção ao emprego e o acesso a benefícios, a participação dos sindicatos e a avaliação contínua das políticas devem ser os componentes principais de uma abordagem integral para garantir uma transição justa e equitativa para uma economia mais sustentável e inclusiva.

No que diz respeito à reconversão profissional, a contribuição chilena atribui um papel central ao Estado e ao movimento sindical nos processos de conscientização e capacitação, relacionando essa centralidade não apenas à mera expressão do desejo de uma transição, mas à elaboração de um plano de ação

que seja devidamente financiado e economicamente sustentado, com a participação social democrática e participativa da multiplicidade de atores envolvidos.

As contribuições por parte do Chile enfatizam os possíveis mecanismos de resistência à transição por parte dos/as trabalhadores/as devido à desconfiança que poderia surgir das novas direções energéticas; nesse sentido, elas colocam o foco na conscientização e na capacitação. A reconversão profissional implica o investimento de recursos em treinamento, assessoramento e apoio econômico. Também é necessário investigar em profundidade os setores de emprego e o número de empregos em cada setor que serão afetados pela transição energética justa, pois o trabalho revela uma falta de informações em nível nacional. Sem essas informações, é difícil definir metas concretas e alcançáveis.

Com o objetivo de contribuir para a desmercantilização e enfrentar a pobreza energética, o documento propõe continuar aprofundando na redução das brechas tarifárias relacionadas à energia elétrica, entre regiões e setores sociais. Embora tenha havido progressos significativos, é necessário continuar a reduzir

as discrepâncias nas tarifas de eletricidade entre diferentes regiões e setores. Isso implica revisar e ajustar periodicamente os critérios e fórmulas utilizados para calcular as tarifas, garantindo que elas sejam justas e equitativas para todos os/as usuários/as.

Nesse sentido, também é necessário desenvolver a infraestrutura para as áreas sem eletrificação, a fim de igualar os direitos com relação ao acesso à energia. É necessário investir na construção e na melhoria da infraestrutura elétrica em áreas rurais remotas. Isso implica um planejamento cuidadoso das rotas e dos projetos das redes, bem como o uso de tecnologias inovadoras e sustentáveis que sejam adaptadas à geografia e às necessidades locais. O planejamento do desenvolvimento dessa infraestrutura constitui uma oportunidade de gerar valor agregado, trabalhar com empresas locais e nacionais e com a contribuição de universidades e centros de ensino superior para que o conhecimento gerado local e nacionalmente possa atender às necessidades da população.

A construção de uma transição energética justa no Chile também deve levar em conta a necessidade de gerar condições de justiça

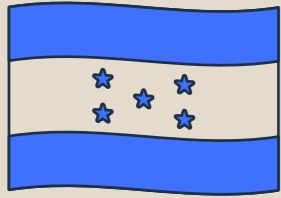
tributária, que se refere a um princípio fundamental da política fiscal e econômica que busca garantir uma distribuição equitativa dos encargos e benefícios derivados do sistema tributário de um país. O principal objetivo é garantir que toda a população contribua proporcionalmente às suas capacidades econômicas, de modo a promover a equidade e reduzir as desigualdades sociais.

A justiça tributária implica que os impostos sejam aplicados de forma justa e não discriminatória, de acordo com a capacidade econômica de cada indivíduo ou empresa. Isso significa que aqueles com maior renda ou riqueza devem contribuir em uma proporção maior do que aqueles com menos recursos. Além disso, busca evitar a evasão e a elisão fiscal, garantindo que todos os contribuintes cumpram suas obrigações fiscais de forma transparente e honesta.

Outro elemento de destaque está relacionado à reparação e à remediação. No contexto da transição justa e da reconversão energética, a reparação e a remediação referem-se a medidas que devem ser adotadas e implementadas para lidar com os impactos negativos do modelo energético fóssil que per-

manecem nas comunidades, bem como aqueles que podem surgir durante o processo de mudança para fontes de energia renováveis. Isso implica reconhecer e garantir o exercício dos direitos das comunidades e dos/as trabalhadores/as que sofreram impactos em sua saúde e em seus territórios ou que perderam seus meios de subsistência por dependerem de indústrias e setores tradicionais que podem ser afetados pela mudança. Esses aspectos são relevantes no Chile, onde se apresentam importantes zonas de sacrifício, incluindo aquelas já identificadas pela sociedade com esse nome.





3.2 Honduras

Com relação às diretrizes trabalhadas pela equipe de Honduras, esta se caracteriza por ser a que mais enfatiza as questões associadas às assimetrias existentes nas relações energia-gênero, energia-indígena e energia-negritude. Outro elemento de destaque é o fato de introduzir o debate sobre o uso de energia térmica a partir do uso de lenha.

A abordagem da situação em Honduras é multifacetada, utilizando as noções do bem público como eixo para articular as dimensões da transição energética justa e prestando muita atenção à violação de direitos, injustiça socioambiental e conflitos territoriais.

Essas questões são colocada no contexto da configuração das políticas energéticas, que estão associadas mecanicamente à ideia de estabelecer ferramentas e dinâmicas que garantam o pleno funcionamento do modelo de desenvolvimento associado ao crescimento material infinito, garantindo uma oferta suficiente diante de uma de-

manda crescente, sob uma lógica mercantil capitalista. Nesse sentido, a visão predominante considera a energia como um bem essencial para a reprodução do capital.

Assim, os conflitos ambientais e territoriais, as disputas pela terra e o direito aos bens comuns, a violência, a discriminação e a criminalização acompanham esse modelo energético. A distribuição desses conflitos afeta principalmente os Povos Indígenas, as comunidades tradicionais e a população negra, como consequência do racismo, do despojo e da injustiça ambiental.

Nesse sentido, as principais ações propostas caminham lado a lado com a proposta de colocar a energia como um bem público e gerar ações para esse fim. Nesse sentido, o Decreto 46-2022, promulgado pelo atual governo da presidenta Xiomara Castro, declara o serviço de energia elétrica como um bem público de segurança nacional e um direito humano de natureza econômica e social. Também declara em

emergência nacional o subsetor de eletricidade e autoriza o Poder Executivo e o Conselho de Administração da Empresa Nacional de Eletricidade (ENEE) a implementar um Plano de Emergência para a Recuperação do Subsetor e o resgate da Empresa Pública.

Destaca a ideia de que o bem comum exige maior profundidade no que implica o caráter público e sugere que os direitos e responsabilidades devem ser integrados a outras formas de propriedade ou relações entre as instituições e a população que garantam a justiça e os direitos. Isso requer a abordagem de outros elementos significativos e determinantes em uma proposta de transição energética, fortalecendo as diversas formas do público e não apenas o público estatal.

Nesse sentido aponta a necessidade da revisão do marco geral do funcionamento do setor energético, o que pode implicar:

- **Revisão dos marcos regulatórios e legais:** isso inclui a revisão da lógica de alocação de recursos e o funcionamento dos diversos setores energéticos.
- **Rediscutir as segmentações em unidades de negócios sobre lógicas físicas, sociais e ambientais:** por exemplo, as denominadas segmentações verticais (geração, transmissão, distribuição) que só foram pensadas na lógica do desenvolvimento de “unidades de negócios”.
- **Repensar os regimes de propriedade.** Criar e recriar outras formas do público, em termos de propriedade e controle. Entre outras formas do público, podemos incluir o coletivo, o ancestral, o cooperativo, o comunitário, que são apresentados como alternativas possíveis.

● **Repensar os modelos de gestão.** O modelo de gestão das velhas empresas públicas e o das atuais em geral são determinados por marcos regulatórios e estatutários que não contemplam processos de participação social e nem mesmo dos/as trabalhadores/as.

● **Recuperar o controle público.** A modificação das normativas e regulamentos deve incluir o desenvolvimento de ferramentas de controle do setor de serviços públicos, isso inclui o controle do papel do capital privado no setor, as políticas de investimento, o controle de renda, os tratados internacionais e outros aspectos.

● **Abordar a situação da pobreza energética** e trabalhar na geração de tarifas de energia justas.

Há um alerta sobre a deficiência com relação aos mecanismos legais referentes aos processos de participação social democrática, uma vez que a nova Lei de Energia (46-2022) de Honduras não estabelece nenhuma regulamentação que garanta a consulta e o consentimento dos povos indígenas e das comunidades garífunas para projetos de energia em seus territórios. Essa situação constitui um obstáculo e impedimento para a implementa-

ção de uma transição energética justa, democrática e antirracista, especialmente em um país onde há um histórico de violência contra os/as defensores/as dos territórios.

Para enfrentar as lógicas corporativas que cooptam o setor energético são levantadas as noções de justiça tributária e a revisão das isenções. Sem justiça tributária, não pode haver transição energética. Em Honduras, está em andamento um processo fundamental com a discussão e a negociação da Lei de Justiça Tributária, que visa corrigir a corrupção estrutural das isenções fiscais, legalizadas por meio de 40 decretos aprovados após o golpe de Estado, que custaram ao povo hondurenho mais de 500 bilhões de lempiras entre julho de 2009 e dezembro de 2023. O Projeto de Lei de Justiça Tributária revoga 10 regimes de isenção fiscal lesivos, respeitando os direitos das empresas, e cria 2 novos regimes alinhados com as boas práticas; ele também reverte o caminho pernicioso de transformar Honduras em um paraíso fiscal para o capital ilegal, retornando à renda global, revogando as ações ao portador e eliminando o sigilo bancário.



3.3 Brasil

No documento que se refere ao Brasil é abordada principalmente a disputa política e social sobre o papel do Estado para garantir a soberania energética, com foco na disputa sobre as duas empresas nacionais mais importantes do Brasil, Petrobrás e Eletrobrás. Nesse sentido, a dimensão do público é tratada com ênfase na disputa sobre a recuperação da propriedade estatal das megaempresas. O trabalho ressalta a necessidade de repensar o Estado, uma vez que não se trata de “qualquer Estado”, pois o papel do Estado neoliberal atenta contra uma transição energética justa, contra a justiça socioambiental e, em alguns casos, contra a própria democracia, como se viu na história recente do Brasil.

Desse modo, abordam-se situações relacionadas à pobreza energética, à participação social e à descentralização da geração de energia em um marco de justiça socioambiental.

Argumenta-se que a Transição Justa requer planejamento, políticas públicas, monitoramento técnico e científico para proteger as comunidades e a classe trabalhadora. Nesse aspecto, a Transição Justa se configura como uma proposta antineoliberal, pois depende de um Estado coordenador que atribua determinadas funções aos atores sociais, incluindo o setor privado. A contribuição foca, a partir de uma concepção ampla, nos impactos relacionados à justiça socioambiental de todo o espectro de possibilidades tecnológicas. Assim, propõe valorizar a diversificação da matriz energética, afirmando que todas as tecnologias trazem consigo uma série de desafios e que as energias renováveis mais modernas, como a eólica, a solar, a de hidrogênio e a de biomassa, não são exceção. Em relação a isso, vincula o tamanho dos projetos e seu impacto, propondo dessa forma projetos menores, descentralizados e com gestão local e/ou comunitária, como no caso da

cidade de Grão Mogol e sua usina fotovoltaica flutuante em uma pequena hidrelétrica que abastece 1250 famílias e é administrada pela associação “Veredas Sol e Lares”, formada por famílias do território onde a usina está localizada. Ou o caso da cooperativa de troca de energia solar “Bem Viver”, em Maturéia.

Com relação a conflitos socioambientais e à problemática do uso da terra relacionada com projetos de energia renovável, a proposta é atentar ao documento “Salvaguardas Socioambientais para Energias Renováveis”. O documento reúne propostas sobre formas mais justas de elaboração de contratos de uso da terra, licenciamento ambiental de projetos e concessões para geração e transmissão de energia. Trata dos direitos das comunidades diretamente impactadas pela construção de projetos, bem como daqueles impactados pelas linhas de transmissão de energia.

Em resumo, as principais contribuições para uma transição energética justa e popular no Brasil estão concentradas nos seguintes eixos:

- **Defesa das empresas públicas que cumprem uma finalidade social:** a retomada da gestão unificada com protagonismo das empresas públicas estatais pode garantir a soberania energética popular quando vinculada a um projeto de desenvolvimento nacional. Realização e implementação de programas sociais como o Luz para Todos, Mais Luz para a Amazônia. Realização de gestão focada em tarifas e contratos razoáveis para o Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
- **Conselho Nacional de Política Energética – vinculado ao Ministério de Minas e Energia:** debate sobre o desenvolvimento da operação e expansão do parque energético que atenda aos interesses da população, considerando o Trabalho Decente e a proteção do meio ambiente e o combate à pobreza energética.
- **As empresas estatais e a política energética focada no interesse nacional** podem mobilizar o desenvolvimento econômico por meio de programas que promo-

vam estudos e pesquisas voltados para o aprimoramento científico e tecnológico, bem como a formação crítica por meio de parcerias com centros universitários.

- **O desenvolvimento do conhecimento** pode promover não apenas o crescimento tecnológico nacional, mas também a melhoria das qualificações da classe trabalhadora, sua formação técnica e profissional e a melhoria das condições de trabalho (saúde, segurança).
- **Com o aumento dos projetos de energia renovável,** é possível promover cadeias de valor produtivas com emissão neutra de carbono que incluam a dimensão do Trabalho Decente. As oportunidades de emprego criadas devem incluir qualificações profissionais, bem como direitos trabalhistas, proteção social e liberdade de organização sindical.
- **Os novos projetos de geração de energia devem respeitar as salvaguardas socioambientais** para evitar a violação dos direitos comunitários, a destruição dos ecossistemas e o impacto sobre a soberania alimentar dos territórios. As salvaguardas devem ser desenvolvidas com base em um processo de participação social e se refe-

rir a contratos de uso da terra e de servidão, à emissão de concessões de geração e transmissão de energia, a políticas públicas e medidas complementares ao licenciamento ambiental e a quaisquer outros elementos que as comunidades considerem necessários.

- **Gestão comunitária de energia: as experiências de gestão,** produção e distribuição de energia com liderança comunitária são uma possibilidade para a descentralização, a democratização e o combate à pobreza energética. Dessa forma, é possível criar alternativas tecnológicas e de gestão que não sejam mediadas pelo mercado e que atendam às necessidades locais. Também é necessário garantir a capacitação técnica da população por meio da troca de conhecimentos.
- **É necessário fortalecer as políticas públicas para combater a pobreza energética,** tais como políticas de isenção tributária ou tarifas sociais e uma política que controle o preço dos derivados de petróleo mais necessários para a reprodução da vida, como o gás de cozinha (GLP).

3.4 Integração e classificação das propostas

Com base nesses pontos e no trabalho realizado pelas equipes do Brasil, Chile e Honduras, a tabela a seguir resume alguns eixos e ações comuns, sendo que o documento de trabalho de cada país aprofunda cada um deles de acordo com suas próprias condições.

EIXOS	AÇÕES
PREVIDÊNCIA SOCIAL	Treinamento e reconversão profissional
	Fortalecimento da proteção social
	Promoção de empregos sustentáveis e sustentados
	Diálogo social e participação das trabalhadoras e dos trabalhadores
	Promoção de políticas para conciliar trabalho e vida familiar
RECONVERSÃO PROFISSIONAL	Identificação das necessidades de treinamento
	Superação da desconfiança diante de novos empregos
	Salários justos
	Horários e condições de trabalho adequadas
	Estabilidade no emprego
	Direitos sindicais
	Igualdade de oportunidades
	Proteção social
	Participação e voz nas decisões laborais
	Novas formas de organização e representação sindical
PLANEJAMENTO ESTATAL	Maior transparência e participação cidadã
	Continuar a reduzir as lacunas tarifárias
	Promover o uso de energias renováveis
	Implementar programas de eficiência energética
	Considerar o impacto social
	Programa Nacional de Eletrificação Rural
	Desenvolvimento de infraestrutura adequada
	Financiamento adequado
	Foco na sustentabilidade
	Conscientização e participação da comunidade

EIXOS	AÇÕES
PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO	Mecanismos obrigatórios para a participação do/a cidadã(o)
	Definição de critérios claros para a participação cidadã
	Estimular a difusão de informação
	Incorporar tempos de consulta adequados
	Garantir o feedback e a resposta da participação cidadã
	Estimular a participação ativa de diversos atores
	Avaliação e monitoramento da implementação da participação cidadã
	Orçamento para a participação cidadã
	Criação de comitês de cidadã(o)s para compilar propostas de projetos e prioridades de investimento em cada comunidade.
	Organização de assembleias públicas onde a população pode debater, votar e decidir como serão alocados os orçamentos em suas respectivas localidades.
	Iniciativa de Cidadania Vinculante
	Designar um processo claro e transparente para o monitoramento e a avaliação das iniciativas dos cidadãos, garantindo que elas recebam tratamento adequado e oportuno no debate parlamentar.
	Audiências públicas obrigatórias
	Plataformas digitais para participação
	Estabelecer a obrigação de as autoridades responderem aos comentários e fornecerem informações atualizadas sobre as decisões tomadas como resultado da participação on-line dos/as cidadã(o)s.
Conselhos de participação cidadã: Estabelecer a criação de conselhos de participação cidadã em nível local, regional e nacional, com representantes de diferentes setores da sociedade.	
Avaliação da gestão pública pelo/a cidadã(o)	
DESPRIVATIZAÇÃO	Recuperação de empresas privatizadas
	Incentivar e financiar várias formas de serviços públicos, não apenas os públicos estaduais
	Estabelecer programas de tarifas justas
	Transformação das políticas energéticas em diferentes níveis, tendendo a fortalecer as políticas energéticas locais.

4. Desafios regionais e propostas para a Transição Justa e Democratização Energética

Em termos gerais, os debates das diferentes equipes nacionais foram permeados, como é lógico, pela situação atual em cada um dos países. Os eixos colocados em jogo no processo nos permitiram tentar pensar nas conjunturas de uma perspectiva de longo prazo.

Nos documentos apresentados existe uma grande riqueza nos debates e contribuições que podem se nutrir mutuamente. Assim, a vocação de recuperação de empresas de energia para o setor público é central nos debates no Brasil, o que pode trazer lições para a construção de um setor público no Chile, onde o setor privado de energia tem um poder incensurável. Mas, nesse processo, os hondurenhos nos alertam para a necessidade de adotar perspectivas de gênero e antirracistas e de real participação popular na gestão da empresa pública.

Sob a concepção sociotécnica de compreensão das relações socie-

dade-tecnologia-ambiente proposta pela transição energética justa e popular (como uma tecido sem costura, ou seja, não partes conectadas e relacionadas, mas um único elemento interdependente), não é possível propor diretrizes únicas a serem seguidas, uma vez que os problemas dessa perspectiva devem ser sócio-historicamente situados e as formas de lidar com eles devem levar em conta cada conjuntura e particularidade.

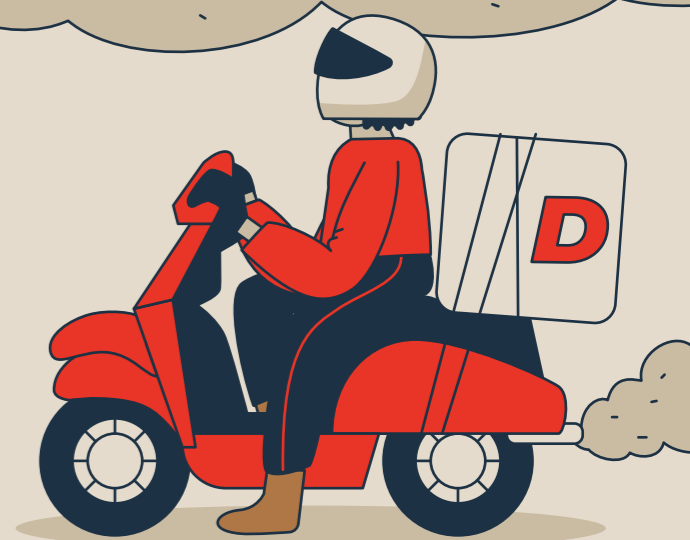
Isso não significa que não possam ser gerados espaços de trabalho e articulações regionais que sirvam para fortalecer os vínculos dialógicos e os diálogos de saberes que potencializem as lutas dos movimentos sociais, dos Povos Indígenas, das comunidades afrodescendentes, camponesas, caiçaras e locais por justiça ambiental, social, econômica e de gênero e em defesa dos direitos dos povos e dos territórios, com o objetivo de não só disputar o sentido da transição energética corpo-

rativa, mas também disputar o desenvolvimento de políticas públicas e projetos voltados para a melhoria e a proteção da vida.

Nessa linha, é importante pensar nos espaços de debate e nas propostas necessárias para uma transição energética justa e popular que não puderam ser abordados. Assim, algumas propostas para a realização de processos de integração regional sócio-político-técnica poderiam ser as listadas a seguir. A ideia é que essas propostas fossem objeto de análise e aprofundamento por grupos de trabalho para cada eixo em particular, coordenados por uma equipe que sincronizasse a integralidade do processo:

● Marco normativo.

É necessária uma ação coordenada na América Latina e no Caribe para atender à situação de privatização dos setores energéticos. A implementação desses marcos na América Latina e no Caribe foi estrategicamente projetada para toda a região e a maneira de combater essas práticas neoliberais será com o apoio mútuo dos movimentos sociais e sindicais de toda a região. É necessário compartilhar experiências e estratégias para avançar na revogação das leis neoliberais no setor ener-



gético a fim de avançar para um sistema energético mais justo que coloque a vida no centro. Recuperar a ideia de que o marco regulatório não foi sempre neoliberal; tivemos outra história que deve ser recuperada, mas adaptada às novas condições de limites e desigualdades. Uma possibilidade é trabalhar sobre os impactos que essas mudanças tiveram nas sociedades, recuperar os processos históricos que mostram que outras estruturas são possíveis, ainda mais ajustadas à atual situação geopolítica regional. É importante levar em conta que o desafio e a dificuldade de gerar propostas alternativas às regulamentações vigentes não são características apenas dos três países que compõem o projeto, mas também praticamente de toda a América Latina e, portanto, representam uma oportunidade de desenvolver um trabalho específico nessa área com base na construção de alianças.

● **A centralidade e a diversidade do setor público.**

O desafio de recuperar as empresas públicas de energia nas mãos do Estado implica, em primeiro lugar, a recuperação da sua propriedade. Essa é uma condição necessária, mas não suficiente. O grande desafio é construir para elas sistemas de operação e gestão que sejam realmente democráticos e participativos. Somente esse tipo de operação, com a participação dos/as trabalhadores/as e das comunidades, permitirá que existam as salvaguardas necessárias para que as empresas estatais superem as vicissitudes das mudanças políticas e, ao mesmo tempo, evitem que adotem práticas corporativas de espoliação que precarizem o trabalho e os territórios. Por outro lado, superar a visão do público apenas como o estatal é um grande desafio. Descentralizar as políticas energéticas exige muita ousadia e iniciativa. As cidades podem gerenciar a energia, mesmo que as narrativas dominantes não o permitam. Nesse sentido é preciso fomentar, por exemplo, iniciativas como comunidades ou cooperativas energéticas para administrar a energia de forma local e coletiva. Também é necessário criar espaços regionais, redes de articulação

para compartilhar práticas, barreiras, sucessos, desafios e potencialidades das diversas formas do público, incluindo o estatal e o comunitário, e aprender com as experiências existentes. É importante não esperar o acesso aos governos locais para pensar na construção dessas políticas; as disputas específicas sobre acesso e tarifas, sobre o desenho de uma cesta energética digna, são caminhos que nos permitem desenvolver a sensibilidade para as questões energéticas em nível local.

● **Poder corporativo.**

Um dos obstáculos centrais para avançar em uma transição energética justa e popular refere-se à necessidade de desarticular o poder corporativo do setor. O trabalho para conseguir a adoção de um instrumento internacional juridicamente vinculante sobre as empresas transnacionais no campo dos direitos humanos (Tratado Vinculante) é uma das estratégias que as organizações e os movimentos sociais estão adotando perante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o que pode contribuir para confrontar e dismantlar o poder corporativo e a impunidade das empresas transnacionais de energia que violaram os direitos hu-

manos em suas ações em diferentes partes do mundo. O desmantelamento do poder corporativo no setor certamente tem várias etapas: em primeiro lugar, identificar atores e interesses, depois dimensionar esse poder e os subsídios que o sustentam para pensar em processos de desarticulação. Existem estudos e análises na região que forneceram um ponto de partida para esse trabalho; devemos recuperá-los e estabelecer alianças com setores acadêmicos que trabalham com esses aspectos. As estratégias devem incluir também uma agenda de trabalho frente aos tratados de livre comércio (TLCs) e aos tratados bilaterais de investimento (TBIs). Também é necessário confrontar as visões e estratégias corporativas que definiram a região como um cenário para a exploração de minerais estratégicos para a transição justa do olhar corporativo e do privilégio do Norte global. Temos duas realidades, os TLCs e TBIs já existentes e as ameaças, como a proposta do tratado UE-Mercosul; portanto, temos a dupla tarefa de torná-los visíveis e combatê-los. Construir articulações nessa área é fundamental, pois a questão da energia nos TLCs é uma questão pouco abordada pelos setores populares.

● **O modelo produtivo.**

Embora possa parecer excessivamente ambicioso debater o modelo produtivo regional, entendemos que é possível incorporar nos debates próximos a relação entre o desenvolvimento energético e o modelo produtivo de uma forma não teórica, mas eminentemente prática. Isso se apresenta, por exemplo, na necessidade de discutir a dinâmica do extrativismo mineiro e agrícola no continente e sua relação com a transição energética justa e popular. Por exemplo, não apenas a monocultura no setor agrícola é um problema, mas o sistema de produção é altamente intensivo em energia e agroquímicos. Estabelecer um debate sobre o que é produzido, para quem é produzido e como é produzido é fundamental, pois isso não só determina as quantidades de energia usadas na indústria, mas também os consumos posteriores.

● Cesta básica de energia.

No contexto de conceber a energia como parte dos direitos e como elemento de satisfação de necessidades básicas, e em relação à proposta de justiça tarifária realizada nos diferentes documentos dos países, é necessário gerar espaços para debater e implementar políticas públicas destinadas a gerar uma cesta básica de energia para a vida. Esse processo deveria ser pensado a partir de uma lógica de construção de um mapa de necessidades energéticas para uma vida digna que supere as abordagens assistencialistas e conteste as lógicas de consumo impostas pelo status quo dominante. Sem dúvida, isso pode se configurar como um processo participativo de integração entre sindicatos do setor, organizações que lutam por justiça ambiental, outros movimentos sociais e a comunidade. É uma grande oportunidade de construir alianças que promovam a redistribuição da riqueza a partir da energia, mas impulsionadas pelas necessidades e não pela sociedade de consumo, gerando nesse processo propostas de políticas e práticas de democratização energética.

● Energia, para além da eletricidade.

Nas residências, o maior consumo de energia é térmico, precisamos de energia térmica, o que pode parecer contraintuitivo, já que nas residências temos mais artefatos elétricos do que térmicos; mas em relação à quantidade de energia consumida (calefação/refrigeração, cocção, água quente), demandamos mais energia térmica. Nesse sentido, existe um grande potencial de biodigestores para a geração de biogás, fogões ou cozinhas eficientes de gaseificação de biomassa, mecanismos de eficiência energética bioclimática ou o uso de aquecedores solares de água para aquecimento de água. O setor solar térmico, por exemplo, é um campo que pode ser trabalhado regionalmente, fabricando equipamentos regionalmente para abastecer a América Latina e o Caribe (ALC). É um setor com grande potencial que requer uma indústria metalmeccânica simples que os países já têm, não exigindo o desenvolvimento de novas mega indústrias; é um setor com grande potencial de reconversão.

● Transporte.

O setor de transporte na ALC é o principal demandante de energia, com quase 40%. Aqui é necessário repensar e discutir como se geram políticas públicas para o movimento de pessoas e bens, afetando as cadeias produtivas e as formas de habitar as cidades. Em relação à mobilidade, a transição energética corporativa avança com as narrativas da mobilidade elétrica individual com o objetivo de capturar territórios e bens comuns, como o lítio e outros minerais estratégicos. É necessário um debate sobre o que produzimos, como o produzimos e como o movimentamos na região; além disso, é necessário questionar a lógica da mobilidade individual. Em termos de trabalho, a abordagem da mobilidade tem impacto em uma grande cadeia de trabalhadores/as, portanto, a transição justa não deve ser apenas sobre os empregos que serão perdidos nas fábricas de veículos de combustão interna, mas também em pequenas oficinas mecânicas, lojas de peças de reposição, etc. É urgente abordar a situação do transporte, analisar sua complexidade e dinâmica para pensar em alternativas.

● Integração regional.

O contexto político atual impõe fortes restrições à possibilidade de integração regional que mostre parte da vitalidade de processos passados. Mas também é importante lembrar que nesses tempos os projetos de integração regional eram limitados por condições históricas que priorizavam o desenvolvimento da infraestrutura em função de um modelo de exportação primária. Precisamos reconstruir a ideia de um processo que vá além disso, em que o primeiro desafio seja justamente recriar outro paradigma de integração que tenha como foco responder às crises socioecológicas sistêmicas, à injustiça em todas as suas dimensões e às desigualdades existentes.

Se não construirmos novas narrativas que superem o modelo primário-exportador e extrativista, concentrador e excludente, será difícil pensar em horizontes diferentes dos atuais. O certo é que existe a possibilidade clara de pensar em um processo de integração produtivo regional, associado, por exemplo, às energias renováveis, onde o setor mini-hidráulico, solar térmico e fotovoltaico, eólico e de biomassa são possíveis áreas de colaboração, em projetos que devem ser realizados em um contexto diferente de

relacionamento com os territórios e as comunidades, assim como com a natureza.

Também é necessário superar a lógica neoliberal para avançar em direção a uma verdadeira integração baseada na complementaridade e na cooperação, que contribua para a soberania dos povos, garanta a realização dos direitos – da classe trabalhadora, das mulheres, dos camponeses, dos Povos Indígenas e das comunidades afrodescendentes – e defenda o cuidado dos territórios, dos sistemas ecológicos e de suas funções. Os TLCs e os TBIs, instrumentos fundamentais para a reprodução da lógica neoliberal, vão na direção oposta. Os novos marcos regulatórios impostos por esses instrumentos debilitam a capacidade dos Estados e dos governos de definir políticas de longo prazo para a sustentabilidade da vida e regulamentações para o bem comum, ao mesmo tempo em que promovem a concorrência descendente entre os países, o que implica o enfraquecimento ou o desmantelamento das regulamentações ambientais e trabalhistas. Outras consequências negativas das estruturas neoliberais são a imposição de regimes de propriedade intelectual que impedem a transferência de tecnolo-

gia e o desenvolvimento soberano, bem como a eliminação de requisitos de desempenho para o setor privado e políticas para proteger a indústria nascente e o conteúdo local, que são fundamentais para o desenvolvimento inclusivo com justiça social, ambiental, econômica e de gênero. Por outro lado, ao incorporar os serviços públicos na órbita da acumulação de capital e abrir as portas para seu controle nas mãos das empresas transnacionais, consagram seu caráter de mercadoria acessível apenas àqueles com recursos econômicos, ao mesmo tempo em que reorganizam setores-chave como o energético em função de um modelo produtivo que busca recuperar as taxas de lucro e garantir alta rentabilidade para o capital.

● Reorganizar o trabalho.

A questão do trabalho foi abordada basicamente a partir das perspectivas que estão gerando mudanças tecnológicas em cada um dos países, como resultado da incorporação de novas fontes de energia, que, em sua versão corporativa, também acompanham a perda de direitos trabalhistas. É fundamental aprofundar a análise mais ampla do mundo do trabalho, o que implicaria tentar dimen-

sionar as mudanças necessárias no modelo produtivo e seus impactos trabalhistas. Mas o maior desafio é repensar o mapa dos empregos na sociedade, incluindo, em primeiro lugar, os trabalhos reprodutivos, os trabalhos de cuidados, de modo de dimensioná-los, valorizá-los e disputar o significado atribuído ao trabalho pelo capitalismo. O desafio é múltiplo; requer identificar, quantificar e qualificar os diversos trabalhos não remunerados e disputar sua centralidade na reprodução da vida, a fim de dar-lhes o espaço e o valor correspondentes em um processo de reorganização integral do trabalho na sociedade. Nesse marco, e com relação ao trabalho, é importante que as iniciativas para sua reformulação não atendam aos interesses do capital, caso contrário, quem perderá serão os/as trabalhadores/as, especialmente os/as racializados/as, o clima e a natureza. É necessário um trabalho proativo das organizações sindicais e da classe trabalhadora para liderar os debates e as transformações no setor produtivo, quais ramos devem ser reduzidos, quais devem ser fortalecidos, o papel dos serviços públicos e, acima de tudo, para pensar em opções sobre as formas de trabalho e os mecanismos para garantir os direitos em todos eles.

Para os sindicatos, é também um desafio pensar e atuar na lógica de transformar o modelo de organização sindical para que ele responda às necessidades da classe trabalhadora impactada pela transição energética. O Roteiro para o Fortalecimento e a Transformação Sindical, adotado pelo 4º Congresso da CSA em 2021, propõe a ampliação e a modificação da estrutura organizativa para representar a agenda de direitos de milhões de trabalhadores em setores sujeitos a processos de transição devido à necessidade de avançar para sociedades de baixo carbono ou pressionados por mudanças tecnológicas, trabalhadores que tendem a ser precarizados, desassistidos de proteção social e expostos a riscos de saúde, entre outros.

